CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo-CEE.nº 743/69

Parecer-CEE nº 2324 /73

Aprovado por Deliberação

de 07 / 11 / 1.973

Interessados- Conselho Federal de Educação - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André

Assunto - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André - Apreciação para autorização de funcionamento de curso.

Câmara do Ensino do Terceiro Grau

Relator - Conselheiro Alpínolo Lopes Casali

Histórico

Os fatos devem ser historiados com minudência para segurança e clareza da conclusão.

1. A Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André, com sede no município de Santo André, com os cursos de Ciências Econômicas e Contábeis, foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº. 35.540, de 20 de maio de 1954 ("Lex", 1954, pág, 259). O Decreto Federal nº 42.706, de 29 de novembro de 1957, reconheceu-lhe o curso de Ciências Econômicas ("Lex", 1957, pág. 737). O Decreto Federal nº43.139 de 3 de fevereiro de 1958, aprovou alteração de sua denominação. "Lex", de 1953, publica o decreto executivo sem mencionar, porém, a nova denominação. A seguir, todavia, nos papéis impressos usados pelo estabelecimento de ensino, lê-se a denominação Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André.

2. Em vista da Lei Federal nº 4.024, de 1961, a Faculdade submeteu o seu regimento ao Conselho Federal de Educação. Após o cumprimento de diligência, foi o mesmo aprovado pelo Parecer-CEE nº 209/65 ("Documenta" nº 37, pág. 21). Sua denominação, conforme o regimento, e a que figura nos seus impressos - Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André.

3. Há no Conselho Estadual de Educação o protocolado nº 743/69, ora distribuído a este Relator. Existem outros com maior ou menor interesse para o encaminhamento da solução objetiva do primeiro. Aquele, portanto é o protocolado principal. E dele os elementos significativos são os abaixo arrolados.

3.1. Por meio de ofício, datado de 25 de julho de 1968, dirigido ao Diretor da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André solicitava-lhe os "seus bons ofícios junto ao Conselho Nacional de Educação (sic), a fim de ser autorizado o funcionamento do Curso de Administração de Empresas, prevendo-se o início para o ano letivo de ... 1 969." O ofício estava instruído com vários documentos.

3.2. Protocolados ofício e anexo, os respectivos autos, foram encaminhados ao Conselho Federal de Educação, onde tomaram o nº 1.199/68. Distribuídos a Câmara do Planejamento, foi designado relator o então Conselheiro Reis Veloso.

3.3. Em seguida, a Faculdade, mediante ofício de 19 de dezembro de 1968, pede a juntada de vários documentos, o que é deferido a 6 de janeiro de 1969. Um deles é a fotocópia autenticada da certidão da escritura pública de instituição da Fundação Santo André pela Prefeitura Municipal de Santo André, nos termos da Lei Municipal nº 1.840, de 19 de junho de 1962. A sua leitura revela que a Fundação "tem por finalidade manter a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Sto. André, e criar e manter outros estabelecimentos de ensino superior, desde que disponha de recursos necessários e suficientes a essa finalidade". Sabe-se que foram "transferidos para o patrimônio da Fundação os bens móveis, inclusive livros e equipamentos didáticos e científicos atualmente em uso na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André". Outro documento é uma fotocópia autenticada referente ao registro da Fundação no Registro de Pessoas Jurídicas do Registro de Imóveis e Anexos da comarca de Santo André, a partir de 26 de junho de 1962. Um outro, conjunto de quatorze folhas de papel mimeografado, sem qualquer assinatura ou rubrica, sob o título de Estatutos da Fundação Sto. André e menção de aprovado pelo Decreto nº 4.202, de 1º de abril de 1968. Reza o artigo 2º que a Fundação Santo André terá como objetivo:- "a) - manter as Faculdades de Ciências Econômicas e Administrativas e de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André; b) - criar e manter outros estabelecimentos de ensino superior, desde que venha a dispor de recursos necessários e suficientes para esta finalidade; c) - fornecer recursos para realização de pesquisas científicas e promover a sua divulgação."

4. O Parecer do Conselheiro Reis Veloso foi aprovado em sessão plenária realizada no dia 13 de junho de 1969 e recebeu o nº 433/69. Tem-se o Parecer como não publicado em "Documenta".

5. Torna-se necessário um parêntese. Em junho de 1969, vigia, com sua redação primitiva, o artigo 47 da Lei Federal nº 5.540, de 22 de novembro de 1968. Preceituava: - " A autorização ou o reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornado efetivo, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo, após prévio parecer favorável do Conselho Federal de Educação, observado o disposto no artigo 44 desta Lei". É fato notório o veto oposto pelo Presidente da República ao artigo 44 da lei nº 5.540. Acolhido o veto pelo Congresso Nacional, o Conselho Federal de Educação, por indicação do então Conselheiro Clóvis Salgado, manifestou-se sobre a aplicação do artigo 47 em relação aos Conselhos Estaduais de Educação. Vale dizer, o Conselho Federal de Educação interpretou a citado artigo da Lei nº 5.540. Relatou a matéria o Conselheiro Vandick Londres da Nobrega, eminente professor do Direito.

A conclusão do seu Parecer, sob nº 273/69, aprovado em sessão plenária realizada no dia 11 de abril de 1969 ("Documenta", nº 100, pág. 170), é a seguinte:

"Finalmente, diante das considerações feitas, chegamos as seguintes conclusões:

- 1ª) - a autorização e o reconhecimento de universidades e de estabelecimentos de ensino superior serão efetivados por decreto do Poder Executivo Federal, isto é, do Presidente da Republica;
- 2ª) - a autorização e o reconhecimento acima aludido devem ser basiados em parecer favorável do CFE;
- 3ª) - a lei não exclui dessa formalidade estabelecimentos estaduais;
- 4ª) - a fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior, inclusive os municipais, é da competência dos Estados;
- 5ª) - os pedidos de autorização para funcionamento de estabelecimentos de ensino superior estaduais ou municipais serão apreciados pelos respectivos Conselhos Estaduais, que só encaminharão ao CFE aqueles considerados em condições de obter deferimento."

6. Após o esclarecimento, a conclusão do Parecer do Conselheiro Reis Veloso torna-se cristalina. Com efeito, não obstante admitir fosse a Fundação de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André mantida pelo município, ou seja, uma autarquia fundacional em vista de sua denominação, o ilustre Relator do Parecer, coerentemente com a interpretação do artigo 47 da Lei nº 5540, nos termos do Parecer CFE nº 273/69, "opina no sentido de que o processo deve ser apreciado inicialmente pelo Conselho Estadual de Educação (de São Paulo)". Acrescente-se que, em abril de 1969, já se encontrava em vigor o Decreto-lei Federal nº 464, cujo artigo 2º interferia imediatamente no pedido da Faculdade.

7. Os autos do protocolado foram afinal remetidos ao Conselho Estadual de Educação e, a propósito, há ofício do Colegiado federal, datado de 20 de Junho de 1969. Eliminada a capa original do protocolado, as peças que o constituíam deram origem, neste Colegiado, aos autos do Processo CEE nº 743/69 acima mencionado. Enviados à Câmara do Planejamento, foi designado relator o nobre Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza.

8. Na data da designação do ilustre Relator, o artigo 47 da lei nº 5540, de 1968, já havia sido alterado pelo Decreto-lei federal nº 842, de 9 de setembro do 1968. Em consequência, havia sido restabelecida a competência dos Conselhos Estaduais de Educação, enquadrados no disposto no artigo 15 da Lei federal nº 4024, de 1961, para deliberar sobre

pedidos para funcionamento de escolas isoladas de ensino superior do Estado, dos Municípios ou fundações de direito público para uns, autarquias fundacionais para outros.

9 - Na Câmara do Planejamento, foi suscitada preliminarmente matéria sobre se a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André seria ou não estabelecimento vinculado ao Sistema Estadual de Ensino, a discussão sobre a matéria se legitimava em vista da nova redação do artigo 47 da Lei nº 5.540 e da denominação da Faculdade, Convocada a comissão de Legislação e Normas se manifestou, uma primeira vez, pelo Parecer-CEE nº 210/70 da lavra do nobre Conselheiro Olavo Baptista Filho e, uma segunda, pelo Parecer-CEE nº 211/71, de autoria deste Relator, ambos aprovados em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação. Os dois Pareceres, a despeito da ilegitimidade do uso do termo "Municipal" na denominação do estabelecimento, reconheceram ser a Fundação Santo André pessoa jurídica de direito privado.

Ademais, o Parecer-CEE nº 211/71 concluiu pelo encaminhamento dos autos do processo à Câmara do Planejamento a fim de que, atendendo ao disposto no Parecer-CEE nº 433/69, se agora, a título de colaboração, se manifestação sobre o pedido da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André, à luz do artigo 2º e parágrafos do Decreto-lei federal nº 464, de 1969.

10. Feliz foi a intervenção do nobre Conselheiro Paulo Nathanael Pereira do Souza. Dela partiu a recomendação, no âmbito estadual, para a eliminação do termo "Municipal" da denominação do estabelecimento de ensino de Santo André. Nesse sentido, a seguir, houve determinação do Conselho Federal de Educação, por intermédio do Parecer-CEE nº 94/70.

11. É necessário dizer-se que o Conselho Federal de Educação já se manifestara no sentido de considerar a Fundação Santo André como pessoa jurídica de direito privado - Parecer-CFE nº 608/69, da lavra, do eminente Conselheiro Alberto Deodato ("Documenta", nº 104, pág, 81).

12. Extinta a Câmara do Planejamento pela Lei estadual 10.403, de 1971, e algumas das suas atribuições foram deferidas, pelo Regimento do Conselho Estadual de Educação, a Comissão do Planejamento. Membro da Câmara de Planejamento onde havia sido designado relator, e vindo a ser depois integrante da Comissão de Planejamento, o nobre Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva submeteu a seus pares Parecer de sua lavra, sobre o pedido da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Santo André. O Parecer foi aprovado no âmbito da Comissão de Planejamento e, a seguir, encaminhado ao Pleno. Em sessão realizada no dia 18 de julho, o nobre Conselheiro Wladimir Pereira, presidente da Comissão, solicitou, em vista das atribuições da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, a remessa dos autos do processo àquela Câmara. Solicitação deferida.

13. O nobre Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva assim concluiu o seu VOTO: - "Em vista do exposto e em atendimento à consulta do CFE, votamos no sentido de considerar viável e conveniente a instalação do curso de Administração de Empresas da Faculdade de Ciências Econômicas de Santo André, cabendo ao Egrégio Conselho Federal de Educação a decisão final, em virtude de se tratar de entidade vinculada ao Sistema Federal de Ensino." A conclusão tem como suporte os elementos e Juízos a seguir transcritos: "Cabe a este CEE, a título de colaboração, emitir um parecer de mérito sobre o empreendimento. Com essa finalidade, procuramos resposta para a questão básica de saber/o mesmo é viável e conveniente. "Para elucidar o aspecto viabilidade, fomos conhecer a Faculdade e lá constatamos que a situação daquela unidade de ensino superior é extremamente favorável sob todos os aspectos: quer quanto a recursos humanos (pessoal docente, técnico e administrativo) quer quanto a recursos financeiros e ainda no que diz respeito a equipamento e instalações. "Não resta a menor dúvida de que tanto a Fundação Santo André como a própria Faculdade de Ciências Econômicas, que é uma das mais antigas do Estado, apresentam condições ótimas para fazer funcionar de modo satisfatório um curso de administração de empresas. A entidade mantenedora e a própria Faculdade já adquiriram maturidade e experiência suficientes para garantir o sucesso do novo empreendimento. "Resta saber se o Curso é conveniente, ou seja, se responde às necessidades de formação de recursos humanos no setor de Administração de Empresas, na Região do ABC e no Estado de São Paulo. A falta de estudos e pesquisas criteriosamente elaboradas, enfocando os aspectos da oferta e demanda de mão-de-obra do setor, maneira científica de se dar resposta a esta questão, pode-se tentar alcançar o mesmo resultado, ou um que lhe seja próximo, pela análise dos dados disponíveis, "Em termos de oferta, sabe-se que em São Paulo já funcionam perto de 40 cursos de Administração (de Empresas e Pública), distribuídos em todas as Regiões do Estado, com predominância na Região da Grande São Paulo. Oitenta por cento desses cursos foram autorizados a funcionar nos últimos 4 anos e, portanto, somente a partir de agora sua influência passara a se fazer sentir no mercado de trabalho, através do oferecimento de número significativo de profissionais formados nessa modalidade de ensino. "Sobre a demanda de técnicos de Administração, os seguintes fatos poderiam ser considerados: a) - é uma modalidade de profissional requerida pelas três áreas da Economia, podendo ser absolvida indistintamente por empresas agrícolas, industriais, comerciais e de serviços públicos e particulares. Na região em que se pretende o novo curso, é maior o dinamismo na área secundária; b) - o desenvolvimento econômico do País sugere uma expansão dinâmica e cada vez mais acelerada das atividades empresariais em geral com repercussões imediatas na forma de trabalho;

c) - o município de Santo André ocupa o segundo lugar no Estado em expressão demográfica e produção industrial, situando-se nos primeiros lugares em outros aspectos da atividade sócio-econômica. "Havendo como um equilíbrio entre os fatores e circunstâncias que podem ser utilizados para a mensuração da conveniência do novo curso e não havendo dúvida no que tange à sua viabilidade, podendo-se antever que o mesmo contribuirá para o aperfeiçoamento dessa modalidade de ensino no Estado, somos de opinião que se deva levar ao Egrégio Conselho Federal de Educação um parecer favorável à iniciativa."

14. Encaminhados os autos do processo à Câmara do Ensino do Terceiro Grau coube-nos relatar a matéria.

APRECIÇÃO

O Conselho Federal de Educação, pela Portaria nº 24, de 11 de maio de 1972, em vista do Parecer-CFE nº 350/72 ("Documenta", nº 139, págs.340 e 341), inovou profundamente o processo até então adotado para os pedidos de autorização para funcionamento de estabelecimento de ensino superior, vinculados ao sistema de ensino federal. De passagem, registre-se a coincidência entre o novo processo e o preconizado pela Indicação-CEEE Nº 34/71 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. A coincidência e desvanecedora ao ora Relator, autor da referida Indicação CEE nº 34/71. A Portaria CFE nº 21/72 prevê inúmeros formulários e muitas são as exigências em cada qual. A avaliação das exigências nem sempre é objetiva. Muitas se sujeitam a critérios que concernem à competência do Conselho Federal de Educação. Ainda que a Faculdade, por solicitação desta casa, lhe apresentasse, corretamente preenchidos e devidamente comprovados, os formulários, obviamente caberia a este Colegiado somente encaminhar o conjunto deles àquele Egrégio Conselho.

Conclusão

Após Decreto-lei nº 842/61, a Portaria-CFE nº 24/72 e o voto do Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva, face ao histórico, neste protocolado, nada mais há a fazer senão: a) - desentranhar dos presentes autos as peças integrantes do processo enviado pelo Conselho Federal de Educação; b) - reuni-las sob a capa de protocolado do Conselho Estadual de Educação; c) - anexar-lhes um exemplar, além deste e do voto do nobre Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva, dos Pareceres-CEE nºs 210/70 e 221/71; d) - encaminhar ao Conselho Federal de Educação os autos retro-referidos, instruídos como ora se indica.

Esse o voto do Relator, salvo melhor juízo.

São Paulo, 30 de outubro de 1973

a) Conselheiro Alpínolo Lopes Casali - Relator

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Amélia Americano Domingues de Castro, Alpínolo Lopes Casali, Luiz Ferreira Martins, Olavo Baptista Filho, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Paulo Gomes Romeo, Rivadávia Marques Júnior e Wlademir Pereira.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1973

a) Cons. Moacyr E. M. Vaz Guimarães - Presidente

Aprovado por unanimidade na 521ª Sessão Plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 7 de novembro de 1973

a) José Borges dos Santos Júnior
Presidente